

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 15.

1 Todos conhecem casos de atletas vítimas de morte
súbita, destacando-se, em Portugal, o caso do jogador de
futebol Miklos Fehér, e a ampla divulgação desses casos raros
4 pode ter um efeito negativo na motivação e na simplificação
das recomendações para a prática de exercício,
principalmente, porque o balanço entre os riscos e benefícios
7 da atividade física nem sempre é bem informado. Os dois
tipos de riscos mais frequentemente citados são os
cardiovasculares e os musculoesqueléticos.

10 O exercício físico de intensidade vigorosa aumenta
transitoriamente o risco de um evento cardiovascular, de
duas a 54 vezes, de acordo com estudos realizados. As
13 atividades com maior risco são as que envolvem intensidade
vigorosa, desporto de competição e ambientes frios. Além
disso, o risco é inversamente proporcional ao nível de
16 atividade física habitual e aumenta nos indivíduos com
doenças cardíacas, metabólicas (como a diabetes e a
obesidade) e renais. Esse conhecimento levou ao
19 desenvolvimento, pelo American College of Sports Medicine,
de um algoritmo de avaliação de risco pré-exercício, de forma
a tornar a prática de exercício mais segura. Essa avaliação
22 pode ser realizada facilmente pelo médico de família ou pelo
fisiologista do exercício em um ginásio ou programa de
exercício comunitário.

25 Um estudo americano comparou o número de mortes
durante várias maratonas com o número de mortes em
acidentes de viação. A comparação mostrou, em termos
28 práticos, que é rara a morte súbita associada ao exercício e
baixo o seu risco comparativamente a outras atividades do
dia a dia. Além de reduzidos, os riscos são ainda minimizáveis
31 se forem evitadas as transições abruptas de inatividade física
para atividade vigorosa; se forem cumpridos os períodos de
“aquecimento” e “arrefecimento”; se o indivíduo tiver
34 conhecimento de sinais de alerta; se o exercício for evitado
em situações extremas de temperatura.

É ainda fundamental salientar que a própria
37 inatividade física é um dos principais fatores de mortalidade
global. De fato, um indivíduo que faça atividade física de
intensidade vigorosa durante uma hora corre o dobro do
40 risco de síndrome coronária aguda durante essa mesma hora,
mas esse risco diminui pela metade nas restantes 23 horas.
Há também evidência de que o exercício tem efeitos
43 terapêuticos eficazes em 26 doenças crônicas que abrangem
um largo espectro de condições psiquiátricas, metabólicas,
cardiovasculares, pulmonares, musculoesqueléticas e
46 neoplásicas.

No que diz respeito ao texto e a seus aspectos linguísticos,
julgue os itens a seguir.

- 1 O texto consiste em um conjunto de narrativas que comprovam os riscos da prática de exercícios físicos vigorosos por indivíduos sedentários.
- 2 Entende-se da leitura do texto que as transições abruptas de inatividade física para atividade vigorosa aumentam o risco de morte durante a prática de exercício físico.
- 3 Conclui-se da leitura do texto que a prática de exercício físico, a despeito dos riscos que possa causar à saúde, é mais saudável que o sedentarismo.
- 4 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso a expressão “Além disso” (linhas 14 e 15) fosse substituída por **Ademais**.
- 5 Na linha 21, estariam mantidos a correção gramatical e os sentidos do texto caso a expressão “mais segura” fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “tornar”.
- 6 As palavras “musculoesqueléticos” e “cardíacas” são acentuadas graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 7 A palavra “abruptas” (linha 31), empregada no período com função adjetiva, poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por **repentinias**.
- 8 A expressão “É ainda fundamental” (linha 36) está empregada no singular porque o sujeito da oração é indeterminado.
- 9 Não haveria prejuízo para a correção gramatical nem para a coerência do texto caso o conector “que” (linha 28) fosse substituído por **onde**.
- 10 No último período do terceiro parágrafo do texto, as orações introduzidas pelo conector “se” expressam circunstância de concessão em relação à oração “os riscos são ainda minimizáveis” (linha 30).

Internet: <www.publico.pt> (com adaptações).

Julgue os próximos itens no que se refere à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto.

- 11** “O exercício físico de intensidade vigorosa aumenta transitoriamente o risco de um evento cardiovascular, de duas a 54 vezes, de acordo com estudos realizados” (linhas de 10 a 12): **De acordo com estudos realizados, o risco de um evento cardiovascular aumentar, transitoriamente, entre 2 a 54 vezes, em razão do exercício físico de intensidade vigorosa**
- 12** “De fato, um indivíduo que faça atividade física de intensidade vigorosa durante uma hora corre o dobro do risco de síndrome coronária aguda durante essa mesma hora, mas esse risco diminui pela metade nas restantes 23 horas.” (linhas de 38 a 41): **Realmente, um indivíduo que faz atividade física de intensidade vigorosa durante 1 hora, corre o dobro do risco de síndrome coronária aguda à essa mesma hora, diminuindo pela metade nas restantes 23 horas.**

Julgue os itens subsequentes, relativos à pontuação no texto.

- 13** Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência textual caso a vírgula empregada após “súbita” (linha 2) fosse substituída por ponto final, feitos os devidos ajustes de maiúscula e minúscula no novo período.
- 14** O emprego da vírgula após “vigorosa” (linha 14) justifica-se por separar expressões dispostas em enumeração.
- 15** Na linha 43, a inserção de uma vírgula imediatamente após o termo “crônicas” não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas alteraria o sentido da oração introduzida pelo vocábulo “que”.

Julgue os seguintes itens, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 16** Colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos relacionados à logística do evento.
- 17** Informo-lo de que sua solicitação foi devidamente encaminhada ao setor de pagamento deste Conselho para as providências que se fizerem necessárias.
- 18** Venho aqui informar que não vai dar para cumprir o cronograma previsto para a execução do projeto de formação continuada, por estar muito apertado no tempo.

Oito pastas diferentes necessitam de ser guardadas em duas gavetas distintas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 19** Existem mais de 120 maneiras de se separar as oito pastas em dois grupos de quatro pastas cada.
- 20** A probabilidade de se retirar, ao acaso e simultaneamente, duas pastas específicas, entre as oito, é maior que 0,02.
- 21** Se oito arquivos distintos devem ser guardados nas oito pastas, de forma que cada pasta contenha um arquivo, então há mais de mil possibilidades para realizar a tarefa.
- 22** Se cada gaveta deve conter pelo menos uma pasta, então o número de possibilidades para guardar as oito pastas nas duas gavetas é menor que 260.

RASCUNHO

Em um campeonato com dez equipes de futebol, cada vitória vale três pontos, cada empate, um ponto e cada derrota não vale pontos. Cada equipe joga com todas as outras duas vezes, uma como mandante e outra como visitante.

Com base nesse caso hipotético, julgue os próximos itens.

- 23 Cada equipe jogará vinte partidas durante todo o campeonato.
- 24 No total, haverá menos de 190 jogos no campeonato.
- 25 Se uma das equipes estiver com três pontos após disputar três partidas, então ela obteve três empates.
- 26 Se uma equipe está com oito pontos após catorze jogos, então ela certamente não possui quatro empates em seus resultados.

- A) Se Jorge não conhece o número de origem, então ele não atende o celular.
- B) Jorge conhece o número de sua esposa.
- C) Se o celular de Jorge está com pouca bateria, então ele não atende o celular a menos que seja sua esposa.

Considerando as assertivas acima, julgue os seguintes itens.

- 27 Se Jorge atendeu o celular e tinha muita bateria, então não era sua esposa.
- 28 Se Jorge não atendeu uma chamada de seu celular, então estava com pouca bateria e não era sua esposa.

RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do Microsoft Excel 2013, do sistema operacional Windows 8 e dos conceitos de redes de computadores, julgue os itens subsequentes.

- 29 No Excel 2013, é possível utilizar, na mesma planilha, a função AutoSoma em mais de uma célula.
- 30 No Excel 2013, é possível, por meio do recurso formatação condicional, alterar a aparência de um intervalo de células com base em critérios formulados pelo usuário.
- 31 No Windows 8, os programas que estão em execução não podem ser fixados na barra de tarefas.
- 32 No Windows 8, ao clicar o botão direito do *mouse* sobre o ícone do Google Chrome, estando ele localizado na barra de tarefas, será possível obter uma lista dos *sites* mais visitados.
- 33 As principais características da rede LAN são a capacidade de atingir longas distâncias e ser uma rede predominantemente pública.
- 34 O UDP é conhecido como um protocolo não confiável, uma vez que ele não fornece nenhuma garantia de que a mensagem chegará ao receptor.

No que diz respeito ao programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais atual, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais, julgue os itens a seguir.

- 35 A importação de favoritos de outros navegadores, como, por exemplo, do Google Chrome, é uma tarefa que pode ser realizada pelo Firefox. No entanto, *cookies* não podem ser importados.
- 36 O Firefox verifica a ortografia das palavras de acordo com o que o usuário digita nas caixas de textos. Essa verificação ortográfica somente é ativada em caixas de texto que contenham mais de uma linha.
- 37 A organização dos dados no computador é realizada da seguinte forma: um disco rígido pode ser subdividido em várias pastas e cada pasta pode ser subdividida em várias subpastas. Contudo, somente as subpastas podem conter arquivos de dados ou de programas.
- 38 A restrição do uso de caracteres especiais, como, por exemplo, asteriscos e vírgulas, na nomenclatura de pasta, no ambiente Windows, não se aplica às subpastas.
- 39 Computadores que já foram infectados por *worms* não são alvos de reinfecção.
- 40 Um *rootkit* se esconde com profundidade no sistema operacional, sendo sua remoção uma tarefa difícil, já que, na maioria dos casos, danifica o sistema.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

À luz do Decreto n.º 1.171/1994, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens subsecutivos.

- 41 Em se tratando de regras deontológicas, a dignidade e o decoro, entre outros, são primados maiores que devem guiar o servidor público no exercício do cargo ou função ou fora dele, por representarem o exercício da vocação do próprio poder estatal.
- 42 Exige que o servidor público pautе sua conduta somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno.
- 43 A moralidade do ato administrativo consolida-se com o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na conduta do servidor público.
- 44 Em contrapartida à remuneração do servidor público, que é custeada pelos tributos pagos, direta ou indiretamente, por todos, até por ele próprio, exige-se que a moralidade administrativa se integre no direito como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade.
- 45 A função pública não se integra na vida particular de cada servidor público, de modo que os fatos e os atos cotidianos de sua vida privada em nada crescem ou diminuem o seu bom conceito na vida funcional.
- 46 Em regra, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- 47 A conduta do servidor público que deixa pessoas à espera de solução que compete ao setor em que exerce suas funções, permitindo a formação de longas filas, caracteriza exclusivamente atitude contra a ética ou ato de desumanidade.
- 48 Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios podem caracterizar imprudência no desempenho da função pública.
- 49 Permite-se ao servidor público, em função de seu espírito de solidariedade, ser conivente com pequena infração ao Código de Ética de sua profissão.
- 50 O servidor público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

Conforme a Resolução CONFEF n.º 307/2015, que dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs, julgue os itens subseqüentes.

- 51 O Sistema CONFEF/CREFs exerce função educativa, reguladora e codificadora das relações e ações entre beneficiários e destinatários.
- 52 O Sistema CONFEF/CREFs deve visar a assegurar a qualidade, a competência e a atualização técnica, científica e moral dos profissionais nele incluídos, por meio de inscrição legal, independentemente de registro no órgão competente.
- 53 A responsabilidade dos profissionais de educação física não deve nem pode ser compartilhada com pessoas não credenciadas, seja de modo formal, institucional ou legal.
- 54 O profissional de educação física deve oferecer a seu beneficiário, obrigatoriamente por escrito, uma orientação segura sobre a execução das atividades e dos exercícios recomendados.
- 55 É dever do profissional de educação física guardar sigilo sobre fato de que tiver conhecimento em decorrência do exercício da profissão, admitindo-se a exceção somente quando o fato for imprescindível como única forma de defesa perante o Tribunal de Ética do Sistema CONFEF/CREFs.

Acerca do Estatuto do CREF-13/BA, julgue os itens que se seguem.

- 56 O Regimento Interno do CREF-13/BA veda o exercício simultâneo da profissão de educador físico, em caráter temporário ou permanente, em dois ou mais CREFs.
- 57 A incidência em erros reiterados que evidenciem a inépcia do profissional caracteriza infração disciplinar.

Com base na Lei n.º 12.527/2011 (Acesso à Informação), julgue os próximos itens.

- 58 Não poderá ser negado o acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa.
- 59 As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

A respeito do Regimento Interno do CREF-13/BA, julgue o seguinte item.

- 60 Entre as competências regimentais do Plenário, está deliberar sobre os casos omissos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Quanto à organização administrativa e aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 61 Pela desconcentração, o Estado delega, por meio de lei, o exercício da sua função administrativa às pessoas jurídicas externas à sua estrutura.
- 62 Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade do Poder Público, é admitida, no capital das empresas públicas, a participação minoritária de empresas privadas.
- 63 As sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado e devem adotar, necessariamente, a forma de sociedade anônima.
- 64 Diferentemente das autarquias, vigora o princípio da autorização legislativa para as empresas públicas.
- 65 A autarquia, criada para desempenhar funções típicas do Estado, apenas existirá após a devida inscrição, no registro próprio, dos seus atos constitutivos.
- 66 O fechamento de uma determinada via pública, por um certo período, para a realização de festa comunitária, exige a autorização do Poder Público, a qual se configura como um ato administrativo discricionário e precário.
- 67 Marcados pelos aspectos da generalidade e da abstração, os regulamentos são exemplos típicos de atos gerais ou normativos.
- 68 A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação por parte da autoridade hierarquicamente superior ao agente público de menor hierarquia, desde que de forma transitória e por motivos relevantes e devidamente justificados.
- 69 A licença é o ato administrativo discricionário, de natureza declaratória, por meio do qual o Estado exerce o seu poder de polícia fiscalizatório em relação ao desempenho, pelo particular, de determinada atividade.
- 70 Uma das características do ato administrativo é a sua autoexecutoriedade, em que o Estado, uma vez tendo editado o ato, pode executá-lo imediatamente, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

No que concerne aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue os itens de **71 a 80**.

- 71 É dispensável o concurso público para a nomeação em cargo em comissão.
- 72 Com a invalidação da demissão do servidor estável, por meio de sentença judicial, será ele automaticamente reintegrado e o eventual ocupante da sua vaga, se estável, poderá ser reconduzido ao cargo de origem, com o pagamento de indenização proporcional ao decréscimo remuneratório sofrido.
- 73 Quando o cargo público estiver vago, poderá o chefe do Poder Executivo extinguí-lo, por meio de decreto.
- 74 Uma vez extinto o cargo, o servidor, ainda que não tenha adquirido a estabilidade, ficará em disponibilidade e receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- 75 Os cargos em comissão, diferentemente dos cargos de provimento efetivo, são de ocupação transitória e os seus titulares não adquirem estabilidade.

- 76 O desvio de função estará configurado quando o servidor público exercer funções relacionadas a outro cargo que não ocupe efetivamente.
- 77 Pela natureza contratual que caracteriza o emprego público, poderá ser afastado o concurso público para a seleção e escolha dos eventuais candidatos interessados em ocupar a vaga disponível, desde que expressamente fundamentado pela autoridade competente.
- 78 O sistema hierárquico que predomina na Administração Pública impõe ao agente de nível inferior o cumprimento das ordens emanadas pelos superiores, ainda que manifestamente ilegais.
- 79 Desde que autorizado pela lei, o exercício e a concretização do poder de polícia pela Administração independe de autorização de qualquer outro Poder.
- 80 Quando a punição funcional for considerada como de natureza leve, o exercício do poder disciplinar não pressupõe a instauração de processo administrativo.

Com relação à licitação, aos contratos administrativos e ao controle da Administração Pública, julgue os itens subsequentes.

- 81 Por aplicação direta do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é vedado à Administração Pública, na fase de julgamento das propostas, alterar os critérios fixados no edital.
- 82 Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo aos interesses da Administração, de forma plenamente justificada pelo gestor público, poderá ser dispensada eventual nova licitação, independentemente da manutenção das condições anteriores.
- 83 Nos casos de inexigibilidade de licitação, a competição é materialmente possível, mas inconveniente, cabendo ao gestor público a sua identificação.
- 84 Desde que configurada e demonstrada a situação de grave e iminente risco à segurança pública, é dispensável a licitação para a construção e a reforma de estabelecimentos penais.
- 85 No pregão, para se evitar a prática de atos desnecessários durante o seu procedimento, o pregoeiro analisará os documentos referentes à habilitação dos concorrentes antes da classificação das propostas apresentadas.
- 86 Diferentemente do convite, a Administração poderá utilizar, em qualquer caso, a modalidade de licitação denominada de concorrência.
- 87 O pregão somente poderá ser adotado para a aquisição de bens comuns, excluídas quaisquer espécies de serviços.
- 88 A bilateralidade é uma das características do contrato administrativo.
- 89 O direito de petição configura-se como um instrumento de controle administrativo.
- 90 O controle legislativo exercido sobre as atividades da Administração Pública não abrange aspectos de economicidade, em respeito ao princípio da separação de Poderes.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, ao regime jurídico administrativo e ao processo administrativo federal, julgue os itens de **91 a 110**.

- 91** O dano a terceiro é requisito indispensável à configuração da responsabilidade civil do Estado.
- 92** A Administração Pública não é responsável na esfera cível por suas omissões, mas apenas por suas condutas comissivas.
- 93** A ocorrência de força maior, diferentemente do caso fortuito, não acarreta a exclusão da responsabilidade civil do Estado.
- 94** O Estado não é responsável civilmente pelo dano estético ocasionado pelo erro cometido em cirurgia por médico da rede pública.
- 95** Por não ser o Estado responsável pela guarda e segurança das pessoas submetidas a encarceramento, a morte de pessoa detida, ocorrida dentro do presídio, não gera a responsabilidade civil estatal.
- 96** Pela teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado, basta que o interessado demonstre e comprove a relação de causalidade entre o fato e o dano para que se configure a responsabilidade estatal.
- 97** O critério que vige no processo administrativo federal, de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição, é corolário do princípio da publicidade.
- 98** O princípio da autotutela está ligado exclusivamente aos aspectos de legalidade da atividade administrativa, e não aos de mérito, como a conveniência e oportunidade do ato administrativo.
- 99** A vedação ao nepotismo no serviço público é uma consequência do princípio da moralidade.
- 100** O princípio da continuidade dos serviços públicos, que visa afastar eventuais prejuízos aos usuários, está diretamente ligado ao princípio da eficiência.
- 101** Os atos do processo administrativo federal que resultem para o interessado em imposição de deveres precisam ser objeto de intimação.
- 102** Por aplicação direta do princípio da verdade real, vige, no âmbito do processo administrativo, a regra de que são admissíveis as provas obtidas por meios ilícitos.
- 103** No processo administrativo disciplinar em que se pretenda aplicar a penalidade de demissão, é indispensável a apresentação de defesa técnica por advogado, sob pena de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 104** A indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão é um dos critérios que devem ser observados no âmbito dos processos administrativos.
- 105** No caso de o administrado desatender à intimação do órgão competente, tal comportamento acarretará o reconhecimento da verdade dos fatos.
- 106** No processo administrativo federal, a decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.
- 107** Por retardar, de forma desnecessária, a sua tramitação, é vedado à autoridade, ainda que diante da relevância da questão, realizar audiência pública para debater sobre matérias do processo administrativo.
- 108** As providências acauteladoras que podem ser adotadas no processo administrativo, pela Administração Pública, em casos de risco iminente, não necessitam de prévia manifestação do interessado e não precisam ser motivadas, devido à sua urgência.
- 109** Ao revogar o ato administrativo por motivos de conveniência e oportunidade, a Administração deverá respeitar os direitos adquiridos.
- 110** O titular de órgão administrativo que delegou parte de sua competência a outro poderá revogar o ato de delegação a qualquer tempo.

Acerca de improbidade administrativa e legislação específica, julgue os itens que se seguem.

- 111** Tanto o agente público ímprobo quanto o terceiro beneficiário do ato de improbidade administrativa, nos casos de enriquecimento ilícito, perderão os bens ou valores acrescidos irregularmente a seus patrimônios.
- 112** A extensão do dano causado e o proveito patrimonial obtido pelo agente ímprobo são critérios que nortearão o juiz ao fixar as penas pela prática de ato de improbidade administrativa.
- 113** A lesão ao patrimônio público não acarreta, necessariamente, o dever e a obrigação de integral ressarcimento do dano.
- 114** Somente o agente público que recebe remuneração e que ocupa cargo, emprego ou função na Administração Pública pode responder como sujeito ativo pela prática de ato de improbidade administrativa.
- 115** Por não ter praticado diretamente o ato de improbidade administrativa, o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente não está obrigado ao ressarcimento do dano, ainda que até o limite do valor da herança.
- 116** A gravidade do fato deve ser levada em consideração pelo juiz na fase de fixação das penas pela prática de atos de improbidade administrativa.
- 117** Os agentes de integração respondem civilmente pela indicação de estagiários com vistas à realização de atividades não compatíveis com a programação curricular de seus cursos.
- 118** O estágio não obrigatório, que é desenvolvido como atividade opcional, com vistas a ampliar os conhecimentos práticos do estudante, não confere necessariamente ao estagiário direito à percepção de bolsa ou outra forma de contraprestação.
- 119** Salvo quando autorizado pelo presidente do Conselho Federal, somente os profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física poderão exercer as atividades de educação física.
- 120** Configura contravenção penal relativa à organização do trabalho o exercício das atividades de educação física pelo interessado que não preencha as condições a que por lei está subordinado seu exercício.

PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova de redação, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova de redação. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Assistimos hoje a um ataque ideológico contra alguns dos mecanismos que nos protegem dos efeitos dos preconceitos mais primários. É o caso, em particular, do novo discurso contra o chamado “politicamente correto” e a promoção alternativa de uma linguagem agressiva e ofensiva, em que se confunde irreverência com grosseria.

Internet: <www.dn.pt> (com adaptações).

O discurso “antipoliticamente correto” ecoa entre um público, já há muito, informado de que é inaceitável ser abertamente racista ou misógino. Então, os ataques ao “politicamente correto” tornaram-se uma forma de expressar antigas formas de preconceito sem que as pessoas se envergonhem por dizer essas coisas, ou seja, funciona como uma estratégia muito eficiente de se protegerem, de contra-atacarem rapidamente qualquer um que venha a contestá-las.

Internet: <<https://brasil.elpais.com>> (com adaptações).

Por ter crescido em um bairro turbulento de Detroit, no estado de Michigan, nos EUA, Marshall Rosenberg se interessou por novas formas de comunicação que permitissem criar alternativas pacíficas de diálogo a fim de amenizar o clima de violência e criou o método de comunicação não violenta, que se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas. O objetivo é nos lembrar do que já sabemos – de como nós, humanos, deveríamos nos relacionar uns com os outros – e nos ajudar a viver de modo que esse conhecimento se manifeste concretamente.

Considerando que os textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A responsabilidade de cada um por uma sociedade mais tolerante, mais unida pelas causas sociais e menos violenta

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) importância da superação do preconceito e do autocontrole na linguagem e nas ações;
- b) necessidade de resolução pacífica dos conflitos; e
- c) construção de relações interpessoais baseadas em respeito mútuo e cooperação.